

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA
E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 104ª REUNIÃO**

Data: 15 e 16 de abril de 2015.

Local: Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2 - Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério da Integração Nacional: ausente;

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Mirela Garaventa (mirela.garaventa@mma.gov.br);

Ministério das Minas e Energia: Luís Mauro Gomes Ferreira (luiz.ferreira@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais - MT/GO: Ellen Kenia Pantoja (ellenpantoja@sema.mt.gov.br);

Conselhos Estaduais - MG/ES: Maricene Paixão (maricene.paixao@meioambiente.mg.gov.br);

Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila C. Gomes (lgomes@sp.gov.br);

Conselhos Estaduais - DF/PR: ausente;

Conselhos Estaduais - AM/PA: Luciene Mota de Leão Chaves (luciene.mlc@gmail.com);

Conselhos Estaduais – RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins.a@gmail.com);

Irrigantes: Gustavo dos Santos Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Paulo Germano (paulo.germano@corsan.com.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Jean de Carvalho Breves (jean@cemig.com.br);

Indústria: ausente;

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de Freitas Silva (jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br);

Organizações não Governamentais: Josuel Silvestre Silva (jota-silvestre@hotmail.com);

Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda (tania.miranda@lactec.org.br).

DEMAIS PRESENTES:

Alan Vaz Lopes (ANA) alanvazlopes@ana.gov.br

Carlos Alvin Heine (AESBE) carlos.heine@corsan.com.br

Gisele Oliveira Mota da Silva (INEMA/BA) gisele.silva@inema.ba.gov.br

Nelson Fernandes Santos (IGARN/RN) endereço eletrônico ilegível

Tarcísio Nunes (SRHU/MMA) tarcisio.nunes@mma.gov.br

Temístocles Loiola (MDIC) lisandro.mdic@gmail.com

RELATORIA CTPOAR: Mirela Garaventa (SRHU/MMA) mirela.garaventa@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura/Informes: A 104ª reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras teve início às 14h30min. A presidente da CTPOAR, **Sra. Ellen K. Pantoja**, deu as boas vindas aos presentes e indagou se os presentes teriam informes a fazer. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro** sugeriu uma rodada de apresentações, uma vez que houve renovação da composição de câmaras técnicas no mês de janeiro. A reunião prosseguiu com o Item 2 – Eleição para presidência da CTPOAR: O **Sr. Roberto Monteiro** pediu a palavra e declarou seu voto, sugerindo a continuidade da **Sra. Ellen K. Pantoja** como presidente da câmara. Os demais membros da CTPOAR manifestaram-se favoráveis à indicação e a Sra. Ellen K. Pantoja foi reeleita, por unanimidade, para mandato até o mês de janeiro de 2016. Item 3 - Aprovação da ata da 103ª reunião da CTPOAR: A ata foi aprovada com alterações à sua redação. Item 4 - Informe sobre os trabalhos do GT-Gestão Integrada: A presidente da CTPOAR fez relato sobre a reunião do GT, realizada no período da manhã. Mencionou a apresentação "Análise integrada de usos de água superficial e subterrânea em

macroescala", destacando as discussões subsequentes sobre a oportunidade de se publicar uma Resolução, pois embora os integrantes do Grupo concordem que há necessidade de iniciar os debates, foi apontada a necessidade de aprofundar a discussão antes de iniciar a elaboração de uma minuta. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro** salientou a importância de introduzir as questões tratadas no GT para o restante da câmara, pois a CTAS vem pautando o tema em suas reuniões. Foram informadas as datas previstas para as próximas reuniões: 28 de maio e 17 de junho. A **Sra. Ellen K. Pantoja** indagou se haveria mais interessados em compor o Grupo, sendo solicitada à relatora a inclusão das **Sras. Tânia Graf de Miranda, Gisele Oliveira Mota da Silva e Leila Gomes** e do **Sr. Gustavo Goretti**. Por fim, informou que será organizado o segundo workshop de gestão integrada - o primeiro foi realizado em setembro de 2014 no auditório da Agência Nacional de Águas. *Item 5 – Informe sobre a análise da proposta de Resolução sobre usos que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos*: O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro** relatou as discussões ocorridas durante a 134ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, referentes à proposta de Resolução encaminhada pela CTPOAR. Afirmou que houve dificuldade na defesa de alguns artigos da proposta, que durou cerca de quatro horas. Em seguida, destacou as alterações e questionamentos dos membros da CTIL que interferem no mérito da proposta: a) Retirada do "considerando" referente à Década Brasileira da Água; b) Parágrafo único do art. 1º, no qual foi retirado o trecho "que produzirá os mesmos efeitos legais da outorga de direito de uso de recursos hídricos, exceto a cobrança pelo uso"; c) Retirada de trecho do art. 3º: "até a apreciação do respectivo Conselho"; d) Inserção de termo no art. 4º, alterando o sentido original da redação: "deverão ser consideradas as características hidrológicas das bacias ou regiões hidrográficas, as características hidrogeológicas dos aquíferos contemplados e as características das demandas existentes"; e) Foi questionada a falta de definição para o conceito, presente no art. 11, de "situações emergenciais de interesse público". No § 1º do mesmo artigo houve discordância quanto à exclusão do abastecimento público, uma vez que este é considerado uso prioritário. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro** esclareceu os procedimentos subsequentes para aprovação da matéria pelo CNRH, que consiste no encaminhamento pela Secretaria Executiva dos Pareceres da CTPOAR e CTIL, juntamente com a minuta de Resolução, aos Conselheiros. Durante a reunião do Plenário do CNRH ocorrerá a apresentação da proposta, momento em que será defendido o posicionamento dos membros da CTPOAR quanto aos aspectos levantados pela CTIL. Para isso, os membros da câmara optaram por redigir documento contendo as justificativas e esclarecimentos referentes à redação inicialmente proposta pela CTPOAR. A reunião foi interrompida às 17h10min e retomada no dia 16 de abril, às 9h40min a partir do *Item 6 – Definição do seminário sobre bacias críticas*: A **Sra. Ellen Pantoja** passou a palavra ao **Sr. Marcelo Medeiros**, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, que relatou o histórico da discussão sobre bacias críticas pela CTPOAR e mencionou o acordo realizado durante reunião anterior quanto à realização de Seminário sobre o tema que contasse com a presença de representantes dos órgãos gestores estaduais. Segundo ele, a elaboração de Resolução sobre bacias críticas é essencial para estabelecer um entendimento comum entre União e Estados quanto à sua ocorrência e distribuição de competências relativas ao tema. Sendo assim, afirmou que a realização do Seminário seria importante para o conhecimento das experiências e sugeriu que o evento tivesse formato semelhante ao organizado pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos: um dia dedicado a exposições e o seguinte reservado à realização da reunião da CTPOAR, cuja pauta incluiria a discussão dos resultados do Seminário e definição de encaminhamentos. Em seguida o **Sr. Alan Vaz Lopes**, da Agência Nacional de Águas, levantou alguns tópicos a serem debatidos para a definição do evento. Segundo ele, a minuta de Resolução inicialmente trabalhada pela câmara técnica era abrangente e complexa, e deveria ser revista de forma a tratar de temas como regras de convívio entre os estados em casos de bacias compartilhadas e critérios para a limitação de outorgas em caso de criticidade (instrumentos econômicos, aceitação de diferentes níveis de risco pelos usuários de recursos hídricos). O **Sr. Marcelo Medeiros** propôs que os órgãos gestores convidados a participar como palestrantes recebam previamente orientações sobre os assuntos que os membros da câmara esperam que sejam abordados nas apresentações, de forma que estas possam efetivamente subsidiar os trabalhos futuros da CTPOAR. Após debates sobre as informações que se pretende obter com a realização do Seminário, os presentes optaram por redigir um questionário, dirigido aos órgãos gestores estaduais que farão apresentações no evento, contendo perguntas relevantes para a continuidade das discussões pela câmara (Anexo). O questionário poderá ser enviado aos demais órgãos gestores posteriormente para conhecimento da ocorrência de bacias críticas e existência de regulamentação nos demais estados. Em seguida foram definidos os estados que seriam convidados a fazerem suas exposições, com base em suas experiências acerca do tema: São Paulo, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Além disso, haverá apresentações da Agência Nacional de Águas, abordando sua experiência com alocação negociada, e de Comitês de Bacia Hidrográfica (a serem especificados). Por fim, foi discutida a duração das apresentações e debates e sua distribuição ao

longo do dia. Em seguida, tratou-se do último item da pauta [Item 7 – Assuntos Gerais/Encerramento](#): Antes do término da reunião, foram definidas as datas dos próximos encontros da CTPOAR. A **Sra. Ellen K. Pantoja** informou que a próxima reunião do GT sobre gestão integrada, em conjunto com a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, ocorrerá no período da manhã do dia 17 de junho. Portanto, a reunião da câmara será realizada no período da tarde do mesmo dia. O Seminário sobre bacias críticas será realizado no dia 7 de julho, seguido da 105ª reunião da CTPOAR, no dia 8 de julho. As demais reuniões ficaram agendadas para 19 e 20 de agosto e 21 e 22 de outubro. Não havendo outros assuntos a serem discutidos, a reunião foi encerrada às 12h40min.

Ata aprovada durante a 106ª reunião, realizada no dia 19 de agosto de 2015.

Ellen Kenia Pantoja
Presidente da CTPOAR

Mirela Garaventa
Relatora da CTPOAR

ANEXO

Questões para envio aos palestrantes do Seminário sobre bacias críticas (temas que deverão ser abordados nas apresentações)

1. Existem Planos de Bacias Hidrográficas ou Estadual de Recursos Hídricos?
2. Nos Planos, para o instrumento outorga de uso de recursos hídricos, estão indicados os usos prioritários (além daqueles já estabelecidos na Lei 9.433/97) e vazão de referência em condições normais e de criticidade?
3. Existem outras normas que definam as diretrizes para outorga em bacias críticas?
4. O que é considerado “bacia crítica” (existem normas que definam esse conceito)?
5. Existem bacias consideradas críticas (demanda x disponibilidade em seus aspectos de qualidade e quantidade) no Estado?
6. Qual entidade define/declara as bacias como críticas?
7. Para bacias compartilhadas, existe alguma articulação com outros Estados e a União para o estabelecimento de critérios de uso da água?
8. Qual a visão do órgão gestor sobre o tema e suas proposições para a regulamentação sobre diretrizes de outorga em bacias críticas?

OBS1: para responder às questões 4, 5 e 6, não considerar os eventos críticos de baixa recorrência, tendo em vista que o seminário tratará da situação em o critério de outorga estabelecido tende ser superado, e não de situações hidrológicas extremas.

OBS2: Os comitês deverão considerar a visão dos distintos segmentos que o compõem em sua apresentação